



**ACÓRDÃO Nº643/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11723/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto
- 4- **Exercício:** 2017
- 5- **Responsável:** Claudia Teixeira da Silva (Ordenador de Despesa), Paulo Roberto Mendonça dos Santos Junior (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Não Possui
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1985/2020-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto. Exercício de 2017.

*Irregularidade. Revelia. Multa. Regularidade. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do **Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto – HPSA**, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade do Sr. **Paulo Roberto Mendonça dos Santos Junior**, ex-Diretor no **período de 01/01/2017 a 26/10/2017**, conforme dispõe o Art. 22, inciso III, alínea “b”, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM, em razão das impropriedades não sanadas
- 10.2. **Considerar revel** o Sr. **Paulo Roberto Mendonça dos Santos Junior**, ex-Diretor do Hospital Pronto Socorro 28 de Agosto período de 01/01/2017 a 26/10/2017, nos termos do art. 20, §4º da Lei nº 2.423/96 relativamente aos questionamentos realizados na Notificação nº 552/2019-DICAD/AM.
- 10.3. **Aplicar Multa** ao Sr. Paulo Roberto Mendonça dos Santos Junior, ex-Diretor do Hospital Pronto Socorro 28 de **Agosto período de 01/01/2017 a 26/10/201**, no valor de **R\$ 14.000,00** (catorze mil reais), nos termos da redação do art. 54, VI da Lei nº 2423/1996, dada pela



**ACÓRDÃO Nº643/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Lei Complementar nº 204/2020 e art. 308, VI da Resolução nº 04/2002, com redação dada pela Resolução nº 04/2018, em razão de ato praticado com grave infração à norma legal, pelos fatos e fundamentos apresentados no Relatório-Voto, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

**10.4. Julgar regular** a Prestação de Contas Anual **Hospital e Pronto Socorro 28 de Agosto – HPSA**, exercício de 2017, de responsabilidade da Sra. Sr. Claudia Teixeira da Silva, ex-Diretora **período de 27/10/2017 a 31/12/2017**, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996-LOTCE/AM.

**10.5. Determinar** à origem, nos termos do art. 188, §2º do Regimento Interno/TCEAM:

**10.5.1.** Atenção para os valores pagos por esses serviços, sendo necessária pesquisa de preço de empresas fornecedoras dos serviços citados para que esteja em concordância ao princípio da economicidade o qual obriga que o administrador público busque a contratação que seja mais econômica ao erário, bem como a conformidade ao que determina a Legislação Vigente e a Lei federal nº 8.666/1993.

**10.5.2.** Que observe com rigor a legislação vigente no que toca à exigência de processo licitatório, nos termos dos arts. 2º, 24, 25 e 26, da Lei Federal n.º 8.666/93 e adote um sistemático planejamento de suas compras, a fim de evitar o fracionamento de despesa, sob pena de multa por reincidência nos termos do Art. 308, IV, alínea "b", do RITCE/AM.

**10.5.3.** Sane as pendências bancárias: - Débitos Não Tomados pelo Banco: R\$ 729.361,34; - Créditos Não Tomados pelo



**ACÓRDÃO Nº643/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

Banco: R\$ 1.293.828,04; - Débitos Não Tomados pelo  
Órgão: R\$ 37.397,17; - Créditos Não Tomados pelo  
Órgão: R\$ 746.661,63;

**10.5.4.** Solicite da Secretaria Estadual de Saúde do Estado –  
SUSAM a realização de concurso público para contratação  
de pessoal em substituição aos serviços terceirizados.

**10.6.** Dar ciência a **Claudia Teixeira da Silva** e ao Sr. **Paulo Roberto  
Mendonça dos Santos Júnior** sobre a decisão deste Tribunal Pleno.

*Vencida a proposta de voto do Relator pela aplicação da multa no valor à época  
do fato ocorrido.*

**11- Ata:** 18ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 24 de Junho de 2020

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Júlio Assis Corrêa Pinheiro (Presidente, em  
sessão), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho  
da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes  
Costa Filho (Convocado).

**13.1. Declaração de Impedimento:** Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello (art. 65 do  
Regimento Interno).

**13.2. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza,  
Procurador-Geral.

**JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO**  
Conselheiro-Presidente, em sessão

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro Redator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral